

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/295855374>

Sarmiento, M., Fernandes, N., Trevisan, G. (2015). A redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica em Portugal, in Fernando Diogo, Alexandra Castro e Pedro P...

CHAPTER · DECEMBER 2015

READS

8

1 AUTHOR:



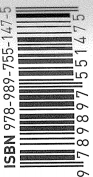
Natalia Fernandes
University of Minho

21 PUBLICATIONS 5 CITATIONS

SEE PROFILE

“Para quem no início dos anos oitenta do século passado dava os primeiros passos no estudo sistemático da pobreza em Portugal, é verdadeiramente reconfortante ter nas mãos um livro em que dezena e meia de especialistas analisam e comentam os mais diversos aspetos do problema. A elevada qualidade dos autores e a diversidade das respetivas origens torna a obra particularmente valiosa, não só pelo que afirma mas também pelas questões que, expressa ou implicitamente, levanta.”

— Do prefácio, por **Alfredo Bruto da Costa**



POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

CONTEXTOS, TRANSFORMAÇÕES E ESTUDOS

Organização

Fernando Diogo
Alexandra Castro
Pedro Perista



A REDEFINIÇÃO DAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DA INFÂNCIA E A CRISE ECONÓMICA EM PORTUGAL

Manuel Jacinto Sarmento* / Natália Fernandes** / Gabriela Trevisan**

INTRODUÇÃO

Nos últimos 6 anos (desde 2008), a Europa tem estado mergulhada numa crise económica e financeira que atingiu, em particular, as economias mais vulneráveis, nomeadamente as dos países do Sul. Enfrentando crises de dívida soberana, a maioria dos países do Sul da Europa – Portugal, Espanha, Grécia, Chipre, Itália e Irlanda – recorreram à intervenção da União Europeia e do FMI. A austeridade tem sido a receita seguida em todos esses países, com estrangulamentos no uso de dinheiro público, restrições nas políticas sociais, despedimentos na administração pública, redução dos salários nominais e aumento de impostos sobre a população ativa. Ao mesmo tempo, reformas estruturais têm sido anunciadas pelos diferentes governos, com o objetivo proclamado de diminuir a dívida pública e de aumentar o crescimento económico. Porém, estes planos são, por norma, acompanhados de medidas que reduzem a capacidade financeira das famílias, designadamente, além dos cortes salariais, as reduções e restrições nos principais benefícios sociais e políticas familiares específicas (como, por exemplo, os abonos de família).

* Universidade do Minho/ Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC). sarmento@ie.uminho.pt

** Universidade do Minho/ Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC). nat@s@ie.uminho.pt

** Escola Superior de Educação Paula Frassinetti/ Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC). gabriela.trevisan@gmail.com

As consequências que esta “economia global” tem tido nas vidas das crianças portuguesas são significativas e acreditamos ser fundamental refletir sobre os modos atuais de estruturação da infância que ela implica. As condições estruturais em que a categoria geracional da infância é construída, em cada momento histórico, são geradoras de possibilidades reais de vida das crianças. As relações entre gerações não são sempre uniformes; pelo contrário, modificam-se continuamente. Diferentes condições de estruturação (em termos giddensianos, diferentes modos de regulação e de alocação de recursos) da vida económica, social e cultural geram distintos processos de “generatividade” (Honnig, 2009), isto é, modos de relação e mútua configuração entre gerações, especialmente entre adultos e crianças. A crise económica alterou as relações entre gerações. Um indicador evidente disto mesmo é a forte redução do número de crianças, através da descida do índice sintético de fertilidade nos anos da crise (muito embora esse índice tenha uma tendência de descida anterior): 1,37 em 2008; 1,28 em 2012 (INE, 2014). Mas também nos domínios da administração simbólica da infância, a crise económica produz os seus efeitos: a redução dos direitos, sendo generalizada, afeta especial e especificamente a infância. O nosso ponto é o de que a infância sofre um processo de redefinição, através da res-trição às condições de cidadania da infância, por efeito da crise e da forma de gestão política que ela assumiu na Europa, especialmente em Portugal.

As reflexões sobre este efeito de redefinição da infância serão feitas a partir de duas dimensões centrais: uma, de análise de dados gerais sobre as políticas atuais que têm vindo a diminuir direitos sociais e a aumentar os níveis de pobreza. Uma segunda dimensão discutirá dados recolhidos com crianças de modo a tentar caracterizar, a partir dos seus pontos de vista, os significados e impactos da crise nas suas vidas.

A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E A DIVERSIDADE DA INFÂNCIA

Ainda que um longo caminho se tenha percorrido desde a observação de Prout e James (1990:2-3) acerca do desenvolvimento dos novos estudos sociais da infância de que “a tarefa (...) está longe de estar completa e permanece como uma prioridade para todos os envolvidos no estudo da infância”, algumas questões permanecem em aberto, em particular,

quando analisamos as áreas principais de investigação da infância e os desafios que enfrentam. Novos insights e novas perspetivas sobre a infância e as crianças, preocupações ao nível das metodologias e técnicas de investigação com crianças começam a ser criticamente repensadas, questões éticas revistas e aprofundadas (Christensen e James, 2000) os quais marcam um significativo processo no conhecimento social da infância. Não obstante, a construção de uma teoria sociológica da infância confrontou-se com o dualismo presente em algumas antinomias sociológicas clássicas como agência/estrutura ou natureza/cultura (Prout, 2005). A superação desses dualismos tem vindo a ser construída num esforço por ancorar teoricamente os novos estudos sociais da infância em torno de alguns eixos, designadamente: i) o da ação das crianças (agency), como forma de atualização da estrutura social e da sua renovação; ii) a relação entre desenvolvimento físico e psicológico da criança e ambiente sócio-cultural, na imbricação de corporeidade e cultura; iii) a relação entre adultos e crianças na configuração das gerações na sua mútua relação.

Interessa-nos especialmente esta última dimensão. A generatividade é, em parte, um efeito discursivo – existe infância a partir da denominação desta categoria. Por isso mesmo a História da Infância, a partir de Ariès (1973), tem falado da “descoberta” ou da “invenção” da ideia ou do “sentimento” de infância na modernidade. Mas não é apenas discursivo ou representacional; na verdade, a generatividade decorre de condições estruturais que lhe são correlatas: as formas de vida das crianças, em cada momento histórico concreto, são determinantes na configuração dos processos de controlo e de administração simbólica que os adultos exercem sobre elas e são a base donde emanam as imagens sociais da infância.

Nas últimas décadas – podemos tomar por referência a aprovação pela ONU da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), em 1989 – um conjunto de temas foi sendo debatido e explorado, trazendo novas conceções sobre a infância e as crianças e seus modos de construção social. Poderá falar-se de uma certa “radicalização” de discursos sobre a infância. Parece ser necessária a criação de uma imagem da criança capaz de a definir por aquilo que é, o que faz e o que a torna distinta e diversa relativamente a outras gerações, nomeadamente a adulta (Jenks, 1992; Honig, 2009). Na verdade, a CDC, ao promover uma imagem das crianças como seres ativos e participantes nas sociedades a que pertencem, configura simbolicamente as crianças como sujeitos de direitos e

deveres e, pela primeira vez, como *cidadãos plenos*. Neste domínio, os direitos de participação em assuntos que as afetam e a importância de audição das suas vozes no espaço público e privado tornaram-se dois grandes temas de investigação na sociologia da infância.

Uma perspetiva crítica sobre a CDC numa sociedade globalizada identificará facilmente deceções e promessas impossíveis de cumprir, quando se consideram as realidades de crianças específicas no Mundo. Indicadores globais sobre pobreza infantil, fome e ausência de cuidados médicos primários, abandono escolar, trabalho infantil ou a situação das crianças-soldado questionam a promessa da CDC. A cidadania infantil permanece, assim, uma realidade ambígua quando pensamos nas condições concretas de vida das crianças e nas suas oportunidades de participação (Sarmento, 2013; Cockburn, 2012).

Importa sublinhar que nem todas as crianças vivem privações que as afetam profundamente nos seus direitos. Diferentes perspetivas têm procurado estudar a relação entre identidades infantis e diversidades das crianças. Uma perspetiva dialética é, porventura, a mais apropriada para capturar as relações de mútua implicação da identidade social da infância com a diversidade de contextos e práticas sociais das crianças (Sarmento, 2013). As perspetivas estruturalistas argumentam no sentido de que a infância é socialmente construída e de que todas as crianças são afetadas de modo semelhante: em todo o mundo, as crianças são as que não votam, que não se qualificam enquanto atores políticos, que seguem uma educação obrigatória, que estão proibidas de trabalhar, etc. (Qvortrup, 2010). No entanto é forçoso reconhecer-se que as suas condições de vida, ser rico ou ser pobre, ser rapaz ou rapariga, ser branco ou ser negro, etc., afetam profundamente o modo como as crianças são tratadas, vistas pelos adultos, bem como as oportunidades sociais que possuem: as crianças vivem diferenciadamente a mesma condição comum infantil.

Em síntese, há dois erros que são de evitar quando se relaciona identidade infantil com diversidade social: o erro de focar a análise na diversidade, sem ter em conta os fatores de identidade, dilui a infância enquanto geração, ignorando as condições sociais que a regulam como categoria geracional; o erro da análise estruturalista, por sua vez, considera a categoria geracional infância como se fosse uma classe social, subestimando, de modo paradoxal, as condições de estratificação social, reificando-se, deste modo, a imagem da criança de matriz normativa

europeia, branca e de classe média alta. A análise dialética da infância a partir das “crianças nas margens” (Sarmento e Marchi, 2008), das crianças pobres, trabalhadoras, das crianças de rua, é condição necessária à compreensão e interpretação dos processos sociais que levam a tensões e contradições internas da normatividade da infância, das formas plúrais de generatividade e da dominação geracional.

A análise das condições de vida das crianças mais pobres é, portanto, fundamental para compreender os processos sociais desencadeados pela crise económica e os seus impactos na infância.

AS CRIANÇAS POBRES

Em 2013, 2,5 milhões de crianças encontravam-se em risco de pobreza e exclusão social na Europa (Eurochild & EAPN, 2013). Uma em cada quatro crianças da Europa (isto é, na zona do mundo onde se encontram os mais elevados índices de conforto) sofre diariamente a escassez de recursos necessários a uma vida com condições básicas de conforto. Como nos diz um relatório recente:

“As crianças vivem em pobreza se o rendimento e os recursos disponíveis para o seu sustento são inadequados para terem um padrão de vida considerado aceitável na sociedade em que vivem e tido como suficiente para assegurar o seu desenvolvimento social, emocional e físico. Devido ao aumento da pobreza as crianças e as suas famílias podem experimentar múltiplas carências devido aos baixos rendimentos, ambiente e habitação pobres, cuidados de saúde insuficientes e dificuldades na educação. Elas são frequentemente excluídas e marginalizadas de atividades sociais, desportivas, recreativas e culturais que normalmente outras crianças usufruem e em que participam. O acesso daquelas crianças aos direitos fundamentais pode ser restringido e limitado, elas podem experimentar situações de estigmatização e discriminação e as suas vozes podem ser não escutadas.” (Eurochild & EAPN, 2013:9)

O risco de pobreza é um conceito amplamente debatido e trabalhado a partir de diferentes perspetivas e com o uso de diversificados indicadores económicos, sociais, etc. Interessa-nos aqui, sobretudo, mais do que apresentar indicadores de pobreza, analisar os fatores de

bem-estar que se encontram postos em causa por efeito do empobrecimento da população, com incidência específica na infância.

Em 2010, a Unicef definiu os principais aspetos do bem-estar infantil: bem-estar material, segurança e saúde, bem-estar educacional, na família e nas relações com pares, comportamentos e risco e bem-estar subjetivo, i.e., o modo como as crianças se sentem em relação a si próprias (Bibi *et al.*, 2010). Apesar de as condições materiais não serem o único determinante de bem-estar são responsáveis por uma grande parte do mesmo, particularmente ao providenciarem as condições de acesso a diferentes recursos, nomeadamente os que ajudam ao exercício de direitos fundamentais e à promoção de inclusão social.

Tal como reportam Eurochild & EAPN, estar em situação de pobreza poderá ter diferentes significados para as crianças, nomeadamente: não ter dinheiro necessário para comer de modo saudável e equilibrado; não ser capaz de comprar roupas novas e calçado; não ter equipamentos que outras crianças têm garantidos, como livros e equipamentos de lazer; tais como uma bicicleta ou um *skate*; viver em casas pobres ou sobrelotadas; viver com aquecimento pouco adequado; ausência de um local tranquilo com espaço suficiente e luz para realizar os trabalhos da escola; não aceder a cuidados de saúde adequados ou cuidados de qualidade à infância ou frequentar uma boa escola; ter poucas possibilidades de brincar em parques infantis não vandalizados, participar em desportos e em atividades culturais/criativas; ter reduzida participação nas decisões que afetam a vida quotidiana (Eurochild & EAPN, 2013: 11).

A CRISE PORTUGUESA E OS PLANOS DE AUSTERIDADE – EFEITOS NAS VIDAS DAS CRIANÇAS

Em Portugal, o empobrecimento das crianças fez-se sentir de modo especialmente acentuado com a crise económica e social. A implementação de programas de austeridade teve efeitos diretos e indiretos nas vidas das crianças e no seu bem-estar. Uma vez que se encontram altamente dependentes das condições de vida dos adultos, as crianças são atingidas de modos distintos pela crise, dependendo de uma multiplicidade de fatores.

A importante quebra das prestações sociais destinadas aos grupos mais vulneráveis da população – por efeito da redução significativa

do universo dos abrangidos pelo subsídio de desemprego, apesar do aumento do número de desempregados; da redução, também, do universo dos abrangidos pelo Rendimento Social de Inserção; e da redução muito expressiva do número de crianças e do valor do abono de família – a par dos cortes sociais e do aumento do desemprego, representa um agravamento significativo da situação social da infância.

Dois relatórios muito recentes sobre a infância e a crise – do Comité Português da UNICEF e do Observatório das Famílias e das Políticas de Família – analisam de forma muito clara os aspetos mais importantes dos efeitos das políticas de austeridade nas condições de vida e de bem-estar das crianças. A partir dos indicadores fornecidos nesses relatórios (Wall *et al.*, 2014a; Wall *et al.*, 2014b), podemos apresentar a seguinte síntese:

- i) Entre 2010 e 2014, houve uma redução significativa do apoio económico do Estado às famílias. A partir de 2010, o acesso a prestações sociais que depende do rendimento das famílias – e.g. Abono de Família, Ação Social Escolar, Subsídios Sociais de Parentalidade, Rendimento Social de Inserção e Subsídio Social de Desemprego – ficou mais restrito, não só em termos do número de famílias beneficiárias mas também dos montantes atribuídos.
- ii) A situação é agravada pelos cortes salariais e pelo aumento dos impostos.
- iii) A ausência de políticas de família e de infância agrava o problema, por efeito de não atribuição de prioridade à infância, quando ela é mais urgente do que nunca, e por inadequação dos instrumentos de regulação dos efeitos das políticas de austeridade sobre as populações mais vulneráveis.
- iv) Em resultado disto, a situação da infância em Portugal pode caracterizar-se nestes números alarmantes: as crianças são, desde 2008, o grupo geracional com maior risco de pobreza; uma em cada quatro crianças vive em privação material e uma em cada dez crianças em situação de privação material severa; o risco de pobreza é mais elevado nas famílias numerosas (41%), nas famílias monoparentais (31%) e nas pessoas desempregadas (38%); as famílias monoparentais com o progenitor desempregado apresentam um risco quase absoluto de pobreza (90%); 30% das crianças perderam o direito ao abono de família em 3 anos (2009 a 2012); as políticas públicas direcionadas às famílias são manifestamente insuficientes, não integradas nem adequadas à gravidade da situação social.

Os aspetos acima sintetizados têm implicações importantes no risco infantil. São particularmente importantes e interessantes a este propósito os dados da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, coligidos e analisados nos Relatórios da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Assim, desde o início da crise, acentuaram-se todos os indicadores do agravamento da exposição das crianças a situações de risco, em relação direta com a sua situação social: aumentaram as crianças sinalizadas por exposição a comportamentos desviantes (isto é, violência familiar e comportamentos aditivos) e por abandono e absentismo escolar; as crianças intervencionadas dos primeiros subgrupos etários, especialmente dos 0 aos 5 anos, aumentaram significativamente, sobretudo em consequência de “negligência”; o número de crianças institucionalizadas (isto é, as que exigem uma medida de proteção de grau superior, face ao perigo da sua situação familiar) também aumentou (CNPICJR, 2014). Ou seja, os indicadores mais claros da crise social aumentaram todos!

Vários relatórios internacionais de organizações como a Eurochild, a Unicef, a Overseas Development Institut (cf, respetivamente, Frazet, 2014; De Neubourg *et al.*, 2012; Harper *et al.*, 2009), que analisam numa perspetiva simultaneamente histórica e sincrónica os efeitos das crises económicas na situação da infância, convergem numa mesma ideia: os impactos da crise incidem no: “crescimento da mortalidade e morbidade infantil, do trabalho infantil, da exploração das crianças, da violência contra crianças e mulheres e de outras formas de abuso, no declínio da qualidade da educação e no incremento do abandono escolar e ainda na perda de qualidade nutricional, de proteção social e de bem-estar emocional” das crianças (Harper *et al.*, 2009).

O aumento da exposição das crianças a situações de doença e perturbação emocional e neuropsicológica dos adultos é um dos efeitos identificados decorrente de situações de pobreza (Alves & Rodrigues, 2010) e tem-se vindo a intensificar, em consequência da crise económica e social, tendo particular incidência em quotidianos infantis marcados pela instabilidade, pela disrupção e até mesmo pela violência e os maus-tratos infringidos por progenitores. Não é estranho que as crianças sofram especialmente com esta exposição a situações decorrentes de problemas emocionais e a doenças no interior da família.

Além desta exposição a comportamentos disruptivos e mesmo violentos, a privação económica leva, frequentemente, a uma diminui-

ção das possibilidades reais dos atores em participarem em atividades sociais. A pobreza e a exclusão social é um fenómeno multifactorial e multidimensional (Bastos *et al.*, 2008) e uma das suas expressões consiste na deterioração dos laços sociais e na marginalização auto ou hetero provocada. Em última análise, porém, a perda das capacidades participativas não deve ser imputada ao sujeito excluído, mas aos fatores estruturais que a promovem. Vários estudos (e.g. Unicef 2012) sobre famílias de origem socioeconómica baixa sugerem como o limite de dinheiro disponível pode limitar as atividades sociais das crianças, como ir a casa de amigos ou possuir um determinado tipo de roupa, assim como comprar um bem necessário à escola ou a atividades extracurriculares.

Além disso, por efeito da vulnerabilidade estrutural da infância, as crianças raramente são notícia, a sua participação nos processos de decisão coletiva é muito limitada ou mesmo nula, a possibilidade de elas exprimirem opinião e dela ser tida em conta é improvável, intensificando-se o efeito desta invisibilidade num momento de concentração da opinião coletiva na crise e da atenção das famílias na resposta às necessidades quotidianas. No entanto, como salientam Davies e Hill (2006), as crianças têm desempenhado um papel central nas discussões sobre pobreza e inclusão social, ainda que de modo passivo. O foco na proteção e bem-estar infantil tem sido colocado numa perspetiva distante das crianças, sendo desvalorizado o seu papel de participantes ativas nas medidas destinadas a quebrar padrões e ciclos de pobreza e a transformar destinos de exclusão.

AS PERSPETIVAS DAS CRIANÇAS SOBRE A “CRISE”

Apesar de excluídas na construção da opinião socialmente relevante, quando ouvidas, as crianças são capazes de apontar soluções interessantes para melhorar o seu próprio bem-estar. As crianças e os jovens são capazes de refletir sobre políticas nacionais e sobre estratégias que possam ajudar a superar condições de vida desvantajosas (Davies e Hill, 2006). Em contextos sociais mais marcados pela exclusão social, a participação das crianças e jovens poderá ajudar na quebra de ciclos de pobreza ao promover a participação no desenho de políticas públicas, ao reforçar o sentido de pertença coletiva e ao desenvolver competências adequadas à vida em comum. Como afirma a economista D. Levinson:

“Os economistas precisam de considerar as crianças enquanto agentes com preferências, a partir das quais atuam até onde podem, tendo em conta os constrangimentos das restrições adultas. Isto é justo não apenas para as crianças, mas é também apropriado aos interesses de rigor e de entendimento aprofundado do comportamento humano. Considerar as crianças as atitudes e preferências presentes das crianças (mais do que as assumidas ou idealizadas) e, até onde seja possível, a sua agência, poderá desafiar as conclusões convencionais e, talvez, as recomendações políticas em muitas áreas” (Levinson, 2000: 127)

A recolha da opinião das crianças sobre a crise torna-se por isso indispensável. No decurso de investigações inseridas numa linha de pesquisa sobre cidadania da infância, os autores recolheram a opinião das crianças de origem popular em três escolas públicas, nos distritos do Porto e de Braga, abrangendo crianças entre os 9 e os 11 anos. Os procedimentos metodológicos e a caracterização das crianças são trabalhados noutras publicações (Sarmento, 2015; Machado, 2015; Trevisan, 2014). Por agora, interessam-nos os seus depoimentos, identificando as suas perspetivas sobre os efeitos da crise, sobre as suas causas e sobre as medidas a tomar.

A crise é, antes de mais, motivo de conversa e de construção de opinião. As crianças não são indiferentes, ouviram falar, têm indicadores, exprimem o que pensam e o que sentem. Como observa Mateus¹ (9 anos), “*Ouve-se dizer que está muita crise... que está mau, que não há dinheiro...*”; ou Mariana (9 anos): “*Os preços estão muito altos e não há muito dinheiro*”; ou Catarina (9 anos) “*que estamos em crise*”; ou, ainda, Sara (10 anos) “*Ouve-se dizer que nós estamos em crise e que... devemos poupar no dinheiro*”.

As crianças identificam a crise com o país, mais do que com as suas próprias vidas. Para elas, o país está “mal” e “mau”, mobilizando nos seus discursos a palavra “crise” muito frequentemente. Algumas crianças fazem mesmo um diagnóstico muito reservado acerca do estado em que o país se encontra mergulhado. Na perceção de Mateus (9 anos) há uma “*Pobreza, tristeza*” que assola a sociedade; quanto ao Marco (9 anos), não esconde que “às vezes há emergências” que são difíceis de prever e de contornar; já a Eva (10 anos) obriga-nos a pensar a realidade

social como uma fatalidade: “*Está muito mal*”, em que o caos se instala, como nos faz pensar o Rui (9 anos,) a situação do país é claramente fácil de identificar: “*está em mau estado*” o que se pode confirmar com a observação final de Tiago (9 anos) que considera que o país se encontra “*Muito doente!*”.

No que diz respeito às implicações vividas, há crianças que assumem que estão diretamente a passar por dificuldades financeiras no seio familiar, como é o caso da Sara (10 anos) que admite “*nós, agora estamos em crise e não temos dinheiro*”, e o Rui (9 anos) que refere que “*Sinto dificuldades no dia-a-dia*” ou, ainda, o Pedro (9 anos) que confessa que “*No meu dia-a-dia, às vezes, não tenho coisas que eu quero... não tenho cereais e outras coisas e tenho de comer pão*”. Um dos efeitos da crise exprime-se mesmo na condição de aluno, como refere a Beatriz (11 anos), ao colocar-se na posição de vítima injustiçada pela desigualdade social: “*A pobreza infantil é sofrimento e tristeza, porque não podemos ter coisas como outras pessoas ricas. Essas fazem-nos inveja, mas também, pois não podemos fazer as coisas da escola. Como por exemplo, pesquisar, trabalhos, imprimir e tirar menos na nota do fim do ano. Isso é injusto.*”

Algumas crianças referem mesmo que as crianças são as principais vítimas da escassez e da pobreza: por exemplo, para o João (10 anos) quem mais sofre as consequências da crise são “*As crianças... elas ficam com fome e isso.*” A Diana (11 anos) também exprime a mesma consciência, indicando como efeitos emocionais da pobreza nas crianças, a tristeza e a solidão: “*Para mim, a pobreza é não ter nada, viver com o que têm. Elas sentem-se tristes por não ter tanto como os outros, sentem-se sós. Não têm nada com que brincar. Normalmente, comem só pão e leite porque não têm dinheiro para comprar comida.*”

A situação familiar, presente ou futura, é objeto de atenção, como refere o Mateus (9 anos): “[A crise] *preocupa-me, porque qualquer dia pode chegar à minha família e depois não termos dinheiro para comer*”, e, se a vida pessoal, como vimos, é invocada, é sobretudo sobre os adultos que a análise da crise incide.

É o que nos diz a Mariana (9 anos), quando refere que “*a crise envolve mais os nossos pais por causa do dinheiro e a nós não*”; assim como a Eva (10 anos), que relata que as grandes dificuldades são sentidas pelos pais e/ou “*Aos adultos [...]* Porque são eles que têm de comprar todas as coisas para as crianças”; ou ainda a Ana (10 anos), que defende que o facto de serem os adultos os responsáveis, lhes atribui maiores responsabilidades

1 Todos os nomes são fictícios.

no enfrentamento das adversidades da crise: “os adultos já são mais crescidos e sabem mais da crise e as crianças não, às vezes não têm a noção”; e a Sofia (9 anos) que tem uma opinião semelhante, ao referir que a crise “aos adultos afeta mais e às crianças não afeta tanto”.

A análise dos fatores da crise expressa-se nas crianças em comentários assertivos sobre a desigualdade social e sobre os políticos que identificam como responsáveis. O Rui (9 anos) pede contas ao anterior governo, “[deveriam] mandar o Sócrates logo para a rua, logo no início”; já o Mateus (9 anos) defende a demissão do governo atual “A solução é o Passos Coelho que está a governar mal”, enquanto para Pedro (9 anos) o importante é que se alerte para os problemas sem ocultar a verdade: “o Presidente não mentir às pessoas, dizer a verdade e dar dinheiro”; adjuvando, o Tiago (9 anos) emite a opinião de que “o Cavaco Silva não podia ter tido aquela ordem de retirar dinheiro à população”.

Em síntese, as crianças falam dos políticos como os propulsores do estado em que o país se encontra e só há uma solução viável, que é mudar as políticas e os próprios responsáveis da política nacional.

Se as mudanças políticas e sociais que preconizam não estão nas suas mãos, as crianças exprimem o desejo de participar na sua resolução. Num debate na turma, numa das escolas onde foram recolhidas as opiniões, elas formularam propostas. A primeira proposta apresentada foi a possibilidade de as pessoas comprarem mais produtos portugueses. O símbolo “*made in Portugal*” encontra-se marcado em diferentes produtos nos códigos de barras começados por 560. De maneira a ajudarem a economia interna, as crianças discutiram sobre se deveriam ou não comprar produtos iniciados por 560. O que despertou essa curiosidade foi o facto de uma das crianças ter uma tia, dona de uma loja, preocupada com a diminuição de clientes por causa da crise. Diz a Maria (8 anos): “[a minha tia] disse que deveríamos comprar coisas portuguesas. “Coisas com código de barras 560”, afirmaram vários dos seus colegas.

Na mesma turma, a propósito de compras de Natal, algumas crianças fazem algumas propostas concretas: “Deveríamos comprar *beyblades* para ajudar os nossos pais” (Maria, 8 anos); “Podemos comprar um conjunto de pinturas que custa tipo... 8 euros e 99... o mesmo de um *beyblade*.” (Sara, 8 anos). Nesta turma, as crianças debateram com os professores as formas como a compra de produtos portugueses poderia ajudar as lojas e economias locais – houve troca de conhecimentos económicos básicos com as crianças, levando-as a reformular as suas aspirações de aquisi-

ção de presentes mais caros e revelando o seu interesse em partilhar conhecimentos básicos de economia e práticas de consumo. O excerto do diálogo que se transcreve é ilustrativo disso mesmo:

“Maria (8 anos) – E se eu não gosto de *beyblades*?

Professor – Compras uma *Barbie*!

Vários – Uma *Barbie*???

João (9 anos) – E nós? Uma *Barbie*?

Professor – Então, o que pensam disso?

Sara (8 anos) – Bem ...

Professor – Mas a *Barbie* é mesmo muito cara. À volta de 70 euros... Mais?

Maurício (8 anos) – Eu sei de algo muito barato! O *beyblade* pequeno só custa 3 euros!

Professor – Ok mas ela não gosta de *beyblades*. É rapariga. Se ela não gosta, precisamos de outra sugestão diferente. (...)

Custódio (9 anos) – Bem, temos as *hot wheels* que só custam 1 euro....

Maria (8 anos) – Sim, mas elas não gostam!”

A partir do excerto é possível compreender o modo como as crianças são capazes de perceber implicações específicas da crise nas suas vidas e nas capacidades dos adultos em responderem aos seus pedidos mas, também, e talvez mais importante, reconhecer o modo como são competentes para questionar o seu próprio papel em encontrar soluções que sejam adequadas à sua posição.

Muitas das crianças entrevistadas usam a palavra «poupar» como forma de evitar uma crise e neste caso para fazer face a ela. Algumas crianças dão exemplos concretos: “A tática de poupança é não estar sempre a sujar-me para não gastarmos em detergentes... meter só a comida necessária no forno para aquecer” – Rui (9 anos); a Sofia (9 anos) defende também que é nas pequenas coisas do dia-a-dia que se poupa, como por exemplo “Na água, na luz e no gás [...] em roupa e também outras coisas que não tenham importância”.

Outras crianças encontram na solidariedade a forma mais direta de combater a crise, considerando os seus efeitos noutras crianças em situação de maior vulnerabilidade. Diz o Augusto (11 anos), quando é convidado a refletir sobre os efeitos da crise nas crianças: “A pobreza infantil é crianças sem comer no dia-a-dia, não ter prendas no Natal e nos anos. Essas crianças não têm roupa suficiente e também não têm dinheiro.

Pode-se combater dando-lhes comida e roupa. Conforto, amizade e deviam construir instituições para crianças. As pessoas com mais dinheiro deviam poupar mais e dar aos pobres. Eu na minha escola se visse uma criança pobre dava-lhe o meu lanche. O Carlos (11 anos) acrescenta: *“Pode-se combater esse problema. É que os mais ricos podem os filhos deles terem brinquedos que já não brincam mais e podem doar aos mais pobres. A comida que se tenha muito e falta pouco para acabar a validade pode-se dar aos pobres.”* É, no fundo, na relação entre os ricos e os pobres que algumas crianças colocam a raiz do problema e da sua solução. Se a redistribuição de rendimentos, sob formas predominantemente caritativas e assistencialistas, predomina na linguagem das crianças, algumas há, porém, que exprimem uma posição de crítica social, responsabilizando diretamente as formas de dominação associadas à desigualdade económica e social pela génese, sendo a sua superação a condição de solução da crise: *“Os ricos podiam combater essa pobreza não desperdiçando tanto e em coisas que não precisam realmente.”* (Diana, 11 anos).

Em síntese, as crianças procuram identificar sinais da crise, mas também os modos de lhe fazer frente, demonstrando competências interpretativas, críticas e propositivas.

CONCLUSÕES – A CIDADANIA INFANTIL EM RISCO ?

Neste capítulo procuramos identificar os efeitos da crise económica global nas crianças, tomando por referência indicadores oficiais relativos às crianças portuguesas. Concluímos que, após 2008, a situação da infância portuguesa piorou globalmente, designadamente no que respeita à taxa de pobreza infantil, ao absentismo e abandono escolar, à exposição a situações de ruptura do ambiente familiar, a maus-tratos e a violência. Reportamos, também, que as situações de maior vulnerabilidade ocorrem especialmente junto das crianças mais pequenas e nos grupos de adolescentes.

Analisamos, também, os efeitos discursivos da crise nas crianças, procurando identificar traços marcantes das representações infantis sobre a crise. Sublinhamos três aspetos principais dessas representações. Em primeiro lugar, as crianças tendem a identificar alguns efeitos da crise nos seus contextos familiares; todavia, o discurso dominante não vai no sentido de sinalizar carências ou privações, mas antes de

referir ajustamentos quotidianos, interpretados menos como perdas e mais como mudanças comportamentais autoinduzidas para fazer face às dificuldades (menos almoços fora, férias limitadas, etc.). Em segundo lugar, a procura pelas crianças de um significado político e de responsáveis políticos pela crise. Esta constitui um motivo de grande referência mediática e as crianças são induzidas à produção de opiniões políticas próprias, mesmo se estas não se destacam pela sua particular originalidade face aos discursos dominantes. Em terceiro lugar, as crianças exprimem em múltiplos casos formas solidárias de ação sobre a crise, procurando encontrar soluções de ajuda familiar (maior poupança nas despesas diárias, por exemplo), bem como a ajuda solidária em programas emergenciais perante situações extremas (partilha de roupas, brinquedos, livros ou alimentos, por exemplo). Estas conclusões vão no sentido homólogo de outros estudos sobre representações sociais da crise pelas crianças (Martorano *et al.*, 2013).

Há um outro efeito importante da crise económica na situação da infância. Portugal começou no início dos anos 2000 apenas a abordar as questões da participação infantil e, de forma mais geral, a questão dos direitos da criança, tendo tido lugar, aliás, nesta década um momento crucial de debate sobre os direitos da criança, a propósito do “caso Casa Pia” (denúncia de abusos sexuais prolongados numa instituição pública de acolhimento de crianças, perpetrados por personagens das classes dominantes, algumas delas fortemente mediáticas). A crise económica, um pouco paradoxalmente, atenuou esse debate. As políticas públicas contribuíram fortemente para reduzir e limitar as condições de bem-estar familiar e associaram-se à restrição dos direitos das crianças.

No entanto, o sentido geral de emergência social não apenas diluiu, na opinião pública, os efeitos específicos da crise na infância, como questões cruciais da afirmação dos direitos das crianças, como a participação infantil, perderam oportunidade na agenda política e comunicacional. Assim, tem sido possível ao poder político impor novos dispositivos reguladores fortemente autoritários – é o caso do novo Estatuto do Aluno, que judicializa o processo pedagógico da imposição da disciplina escolar e rasura qualquer direito participativo nas escolas públicas – sem que isso tenha tido repercussão significativa nas posições públicas. Há um efeito de “naturalização” do empobrecimento e da precarização, que limita as possibilidades de afirmação da cidadania da infância. As condições de vida das crianças são assim, afetadas, em

todas as dimensões, nomeadamente na dependência face aos adultos, criando-se o cenário propício ao recrudescimento de práticas paternalistas e autoritárias.

Não obstante, ocorrem formas de resistência, sendo comum verificar a presença de crianças nas múltiplas manifestações de protesto cívico e político, acompanhando os seus pais. A figura inesperada da criança política reemerge nesses momentos de protesto e de revolta. Não há razão nenhuma para supor que essa ação política não seja legítima, intencional e decorrente de um pensamento político crítico por parte das crianças. Uma cidadania infantil da resistência ocorre, assim, ao mesmo tempo que são impostas condições estruturais da restrição da cidadania da infância.

A crise económica, afetando sobretudo as classes populares e as classes médias, repercute-se sobre todas as crianças, pelo efeito da restrição geral de direitos. No entanto, afeta diferenciadamente as crianças. São as crianças mais pobres as que mais atingidas, nomeadamente no que respeita aos direitos de proteção e aos direitos de provisão. Pode mesmo, a este propósito, falar-se de um importante retrocesso social. Esta conclusão remete-nos para a importância de considerar, em simultâneo, a infância como categoria social geracional e os diferentes estratos sociais de crianças, articulando dialeticamente a identidade da infância com a diversidade das condições de existência, como atrás assinalamos.

A realidade de um país como Portugal, a par dos países do Sul da Europa especialmente afetados pela crise, pode contribuir poderosamente para compreender como as forças estruturais, económicas, políticas e sociais operam mudanças na infância contemporânea, reconstruindo novos termos nas relações entre estratos sociais de crianças e reconfigurando constrangimentos e possibilidades da cidadania da infância.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Ana Alexandra Marinho, e Nuno Filipe Reis Rodrigues. 2010. Determinantes sociais e económicos da Saúde Mental. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*. 28.2: 127-131.
- ARIES, Philippe. 1973. *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Seuil. (1ª Ed.:1960).

BASTOS, Amélia, Graça Leão Fernandes, José Passos, e Maria João Malho. 2008. *Um Olhar sobre a Pobreza Infantil. Análise das Condições de Vida das Crianças*. Coimbra: Almedina.

Bibi, Sami, John Cockburn, Christian Arnault Emini, Ismael Fofana, Paul Ningaye e Luca Tiberti. 2010. *Impacts of the Global Economic Crisis on Child Poverty and Options for a Policy Response in Cameroon*. Florence: UNICEF Regional Office for West and Central Africa, Dakar, and UNICEF Innocenti Research Centre (Innocenti Working Paper No. 2010-04).

CHRISTENSEN, Pia e Allison James. 2005. *Investigação com crianças. Perspetivas e Práticas*. Porto: ESE Paula Frassinetti.

COCKBURN, Tom. 2013. *Rethinking children's citizenship*. Londres: Palgrave Macmillan

Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. 2014. *Relatório Anual de Avaliação das Atividades das CPCJ no ano de 2013*. http://www.cnpjcr.pt/%5CRelatorio_Avaliacao_CPCJ_2013.pdf

DAVIS, John, e Malcolm Hill. 2006. Introduction. In *Children, young people and social inclusion. Participation for what?* Organizado por E. Kay, John Tisdall, M. Davis, Alan Prout e Malcolm Hill. Bristol: Polity Press, 1-14.

DE NEUBOURG, Chris, Jonathan Bradshaw, Yekaterina Chzhen, Gill Main, Bruno Martorano e Leonardo Menchini. 2012. *Child Deprivation, Multidimensional Poverty and Monetary Poverty in Europe*. Florença: UNICEF Innocenti Research Centre (Innocenti Working Paper No. 2012-02).

EUROCHILD e EAPN. 2013. *Towards children's well being in Europe. Explainer on child poverty in the EU*. Bruxelas: Eurochild.

FRAZER, Nancy. 2014. *From a Child Poverty and Wellbeing Perspective*. Bruxelas: Eurochild.

HARPER, Caroline, Nicola Jones, Andy MCKAY e Jessica Espey. 2009. *Children in times of economic crisis: past lessons, future policies*. Overseas Development Institut. <http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/3749.pdf>

HONIG, Michael-Sebastian. 2009. How is the child constituted in childhood studies? In *The Palgrave Handbook of Childhood Studies*, organizadores Jans Qvortrup, William Corsaro e Michael-Sebastian Honig, Londres/Nova Iorque: Palgrave-McMillan, 63-77.

Instituto Nacional de Estatística. 2014. *População residente em Portugal com tendência para diminuição e envelhecimento*. <http://www.ine.pt/xport>

- tal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=218629052&DESTAQUESmodo=2
- JENTS, Chris (Ed.). 1992. *The Sociology of Childhood. Essential Readings*. Brookfield: Gregg Revivals. (2ª ed.)
- LEVISON, Deborah. 2000. Children as economic agents. *Feminist Economics*. 6(1): 125-134
- MACHADO, Natália. 2013. *O lugar da infância em tempos de crise. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Infância*. Universidade do Minho. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25999>
- MARTORANO, Bruno, Luisa Natali, Chris De Neubourg, e Jonathan Bradshaw. 2013. *Child Well-Being in Advanced Economies in the Late 2000s*. Florença: UNICEF Innocenti Research Centre (Innocenti Working paper 2013-01).
- PROUT, Alan, e James, Allison. 1990. A new paradigm for the Sociology of childhood? Provenance, Promise and Problems. In *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*, organizadores Allison James e Alan Prout. Londres: The Falmer Press, 7-34.
- PROUT, Alan. 2005. *The future of childhood*. Londres: Routledge
- QVORTRUP, Jans. 2010. A tentação da diversidade – e seus riscos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113:1121-1136.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. 2013. A sociologia da infância e a sociedade contemporânea. Desafios conceituais e praxiológicos. In *Sociologia da Infância e a Formação de Professores*, organizadores R. T. Ens e M. C. Garanhani. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 13-46.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. 2015. *Privação e Resistência. Perspetivas das crianças sobre a crise económica e social*. (em publicação).
- SARMENTO, Manuel Jacinto, e Rita Marchi. 2008. Radicalização da Infância na segunda modernidade. Para uma sociologia da Infância crítica. *Configurações*. n°4: 91-113.
- TREVISAN, Gabriela Pina. 2014. “Somos as pessoas que temos de escolher, não são as outras pessoas que escolhem por nós”. *Infância e cenários de participação pública: uma análise sociológica dos modos de codificação das crianças na escola e na cidade*. Tese de Doutoramento em Estudos da Criança. Universidade do Minho.
- UNICEF. 2012. *Measuring child poverty. New league tables of child poverty in the world's rich countries*. Innocenti Report Card n° 10. Florença: UNICEF.

- UNICEF. 2014. *El estado mundial de la infancia de 2014 en cifras. Revelando las disparidades para impulsar los derechos de la niñez. Todos los niños y niñas cuentan*. Nova Iorque: UNICEF.
- WALL, Karin, Ana Nunes de Almeida, Maria Manuel Vieira, Vanessa Cunha, Susana Atalaia, Mafalda Leitão, Leonor Rodrigues e Filipa Coelho. 2014b. *As Crianças e a Crise em Portugal: Vozes de Crianças. Políticas Públicas e Indicadores Sociais*, 2013. Lisboa: UNICEF.
- WALL, Karin, Mafalda Leitão e Susana Atalaia. 2014a. *Principais Desenvolvimentos das Políticas de Família em 2013*. Lisboa: Observatório das Famílias e das Políticas de Família. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

ÍNDICE

7	Prefácio
17	Introdução
	CONCEPTUALIZAÇÕES
29	Desigualdade, pobreza e exclusão social: entre legitimidades e realidades de ontem e hoje <i>Manuel Carlos Silva</i>
49	Conhecimento para a ação: avanços, lacunas e caminhos para o estudo da pobreza <i>Luís Capucha</i>
65	A dinâmica da pobreza em Portugal <i>Nuno Alves</i>
	GRUPOS VULNERÁVEIS
81	A redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica em Portugal <i>Manuel Jacinto Sarmento / Natália Fernandes / Gabriela Trevisan</i>
101	Pobreza infantil. Diagnóstico e reflexão sobre os indicadores de aferição <i>Amélia Bastos</i>
117	Pobreza, emprego e escolaridade: notas sobre o caso português <i>Fernando Diogo</i>
133	Quando a mobilidade espacial é geradora de vulnerabilidades: o caso dos portugueses ciganos <i>Alexandra Castro</i>
149	"Pobres que envelhecem ou velhos que empobrecem?" – Alguns apontamentos sobre o tema da pobreza na população idosa. <i>Alexandra Lopes</i>
	SOBRE-VIVÊNCIAS
167	Da pobreza à vulnerabilidade: transformações identitárias e no agir coletivo <i>Isabel Guerra / Teresa Costa Pinto</i>
183	A dimensão relacional do fenómeno da pobreza contemporânea: desafiliação, laço social e vida urbana <i>Maria Inês Amaro</i>

- 197 Como Se sai da pobreza? – os processos de requalificação sócio-
-identitária (PRSI) de portuguesas no País Basco, pela análise
sociológica da oralidade.
Maria de Fátima Toscano
- POLÍTICAS SOCIAIS**
- 215 O FSE no reforço da inclusão social em Portugal (2007-2013)
Pedro Perista
- 231 A Procura da Assistência Social em Portugal como Revelador da
Pobreza e Vulnerabilidade Social
Francisco Branco
- 251 (Es)colhe as sementes: impactes do Programa Escolhas percecionados
pelos jovens
Ana de Saint-Maurice / Vanessa Palma Baptista
- 271 Impactos dos Acordos de inserção no Desempenho do RSI
(entre 2006-2009)
Madalena Matos / Sónia Costa

**POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL
CONTEXTOS, TRANSFORMAÇÕES E ESTUDOS**

Organização: Fernando Diogo / Alexandra Castro / Pedro Perista

Diretor da coleção: Manuel Carlos Silva

Subdiretores: Luís Baptista e Ana Paula Marques

Capa: António Pedro

© Edições Húmus, Lda., 2015

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Novembro de 2015

Depósito Legal: 400005/15

ISBN: 978-989-755-147-5

Coleção Debater O Social – 34

Publicação subsidiada por Fundos Nacionais ao abrigo do projeto
UID/SOC/04647/2013 da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia